

## **PRÁTICAS DA FARMACOTERAPIA E DA MEDICINA TRADICIONAL COMPLEMENTAR/ALTERNATIVA PARA O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

Congresso Online Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, 2ª edição, de 19/04/2021 a 22/04/2021  
ISBN dos Anais: 978-65-86861-96-9

**NASCIMENTO; Milena Dias Andrade <sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo identificar como as práticas da farmacoterapia e da medicina tradicional complementar/alternativa podem ser utilizadas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os dados serão coletados unicamente através de leituras bibliográficas, o que consequentemente caracteriza o estudo como exclusivamente bibliográfico, de acordo com Gerhardt e Siqueira (2009). A partir de uma investigação qualitativa, os dados obtidos pela coleta de dados serão analisados e interpretados de maneira subjetiva, com vistas a compreender de que maneira é possível utilizar tais práticas nos CAPS. Na passagem do século XX para o século XXI, a Reforma Psiquiátrica no Brasil começou a se expandir no universo acadêmico, jurídico e social, bem como teve a sua consolidação como marco fundamental da política de assistência à saúde mental. Nessa nova perspectiva, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estão alterando de maneira significativa o modelo manicomial e hospitalocêntrico da assistência (BEZERRA JÚNIOR, 2007). Embora o trabalho dos CAPS seja focado na promoção de autonomia dos sujeitos, partindo da estimulação da integração social e familiar e da oferta de um espaço de convivência para os usuários, o uso de psicotrópicos é imprescindível na maioria dos casos psiquiátricos, através do uso racional e seguro (SANTOS, 2018). Silva e Iguti (2013) afirmam que a adesão ao tratamento medicamentoso requer muitas intervenções, além da comunicação, tendo em vista que os usuários precisam de informações, motivação e desenvolver habilidades para usar estratégias de autocontrole cognitivo e comportamental (SANTOS, 2017). Cabe ressaltar, conforme Marin et al. (2003), que a Assistência Farmacêutica e a Política Nacional de Medicamentos foram definidas pelo SUS e integradas às políticas de saúde, tornando possível a participação efetiva do farmacêutico na saúde pública, este que pode desenvolver tecnologias específicas relacionadas aos medicamentos e à prestação de serviços, como a realização da Educação em Saúde. O profissional de farmácia pode propiciar informações relacionadas aos medicamentos utilizados pelos pacientes, aos perigos da automedicação, bem como acerca do uso de plantas medicinais, vacinas e suplementos vitamínicos que podem vir a contribuir no cuidado à saúde, a partir da consideração dos valores, cultura, crenças, condição social e conhecimentos dos sujeitos atendidos (SANTOS, 2017). Estas novas formas de pensar e fazer saúde aumentaram significativamente a valorização do poder dos saberes e práticas populares, o que impulsionou a consolidação da Política

<sup>1</sup> Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI), milenadiaspsi@gmail.com

Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2006 (SOUZA; MIRANDA, 2017). Tais práticas englobam uma visão ampliada do processo saúde-doença e visam a promoção de saúde, a integração do ser humano com a natureza, o desenvolvimento do vínculo terapêutico e o estímulo à utilização de recursos naturais para recuperação e prevenção (BRASIL, 2006). No que se trata dos intuitos da PNPIC para o SUS, os mesmos se direcionam na racionalização das ações, estas que devem estimular o controle e a participação social, bem como na promoção da saúde e prevenção de agravos, sobretudo na atenção básica, do mesmo modo que na contribuição ao aumento da ampliação do acesso e resolubilidade, garantindo eficácia e segurança na utilização (BARROS; SIEGEL; SIMONI, 2007). A partir da construção da PNPIC, há uma tendência para integrar práticas da medicina alternativa na atenção primária, estas que visam a promoção da saúde por meio de recursos seguros pautados no acolhimento, vínculo e integração. As mesmas incluem arteterapia, ayurveda, dança circular, meditação, biodança, musicoterapia, osteopatia, naturopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, yoga, plantas medicinais, homeopatia, fitoterapia, medicina tradicional chinesa, medicina antroposófica, acupuntura, termalismo-crenoterapia e terapia comunitária integrativa (BRASIL, 2006). Esses recursos terapêuticos se configuram como alternativas para o cuidado humanizado e colaboram para o exercício e integração da transdisciplinaridade e o conhecimento informal dos usuários, pois aproximam os profissionais da realidade vivenciada pelos pacientes (ANAIS, 2017). A partir da definição e possibilidade da Assistência Farmacêutica na saúde pública, o farmacêutico também pode fazer parte da equipe transdisciplinar e informar os pacientes sobre os medicamentos utilizados, além de realizar diversas práticas para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Dentre essas novas formas de fazer saúde, as Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), conhecidas como medicina tradicional complementar/alternativa, também se fazem consolidadas no SUS e podem contribuir efetivamente na promoção de saúde. BARROS, N. F. de.; SIEGEL, P.; SIMONI, C. de. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: passos para o pluralismo na saúde. Cad. Saúde Pública, v.23, n.12, Rio de Janeiro, 2007. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Brasília, 2006. SANTOS, J. S. dos. Intervenções farmacêuticas na adesão ao tratamento farmacológico em usuários do centro de atenção psicossocial para álcool e outras drogas. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Sergipe, 2017.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Farmacêutica, Centros de Atenção Psicossocial, Cuidado em Saúde, Práticas Integrativas e Complementares.